

VIII Prêmio Margarete de Paiva Simões Ferreira

Experiências em Psicologia
e Políticas Públicas

CADERNO DE TRABALHOS

ISSN 2175-1072



Experiências em Psicologia e Políticas Públicas

ISSN 2175-1072

CADERNO DE TRABALHOS DO VIII PRÊMIO
MARGARETE DE PAIVA SIMÕES FERREIRA



Conselho Regional de Psicologia
do Rio de Janeiro

RIO DE JANEIRO,
2016
CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA 5ª REGIÃO

Comissão Organizadora do Prêmio

Conselheiras

Marilia Alvares Lessa (CRP 05/1773) COORDENADORA

Claudia Simões Carvalho (CRP 05/30182)

Juliana Gomes da Silva (CRP 05/41667)

Funcionárias

Danielle Pinheiro da Silva (CRP 05/33648)

Fernanda Haikal Moreira (CRP 05/34248)

Projeto Gráfico e Capa

Julia Lugon + Marcos Leme

Catlogação na Publicação Biblioteca Dante
Moreira Leite Instituto de Psicologia da
Universidade de São Paulo

EXPERIÊNCIAS EM PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS
/ CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DO RIO DE JANEIRO
- (2016), CRP 05, 2016

CADERNO ANUAL, N° 8, ANO 2016

ISSN 2175-1072

1. PSICOLOGIA 2. POLÍTICAS PÚBLICAS
I. CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DO RIO DE JANEIRO

<u>Editorial</u>	4
<u>Segundo lugar</u> A prática profissional de psicólogas junto a um centro especializado de atendimento à mulher	9
Emmanuela Neves Gonsalves Hebe Signorini Gonçalves	
<u>Primeiro lugar</u> A psicologia no centro de referência especializado de assistência social (CREAS) de Guapimirim: delineando saberes e práticas	33
Rafael Reis da Luz	
<u>Pareceristas</u>	54
<u>XIV Plenário</u>	55

Editorial

Em sua oitava edição, no ano de 2015, o Prêmio Margarete de Paiva Simões Ferreira, que agracia relatos de experiências em políticas públicas, selecionou dois trabalhos, ambos de profissionais.

Em seu trabalho: “A Psicologia no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) de Guapimirim: delineando saberes e práticas”, o psicólogo Rafael Reis da Luz apresenta e discute “... saberes e práticas em Psicologia na política de Assistência Social, em especial ... (em um CREAS) ..., equipamento de atenção especial de média complexidade”.

O autor descreve inicialmente uma situação de um adolescente que comparecia semanalmente ao CREAS de Guapimirim para acompanhamento jurídico e psicossocial; o adolescente quase não falava, e parecia inteiramente alheio ao que se passava; a pessoa da família que o acompanhava respondia às perguntas. O autor do artigo diz, então, que esse caso elucida uma série de desafios para a operacionalização e efetivação das políticas de Assistência Social. Entre estes desafios, a indagação: qual o papel do psicólogo nessa política, delimitando seu papel e atendendo aos objetivos de garantia de direitos, a autonomia e a emancipação?

O autor cita as legislações – leis e portarias – que regulamentam e preveem a execução das ações do Sistema de Seguridade Social estabelecido pela Constituição de 1988 com seus dois dispositivos principais: a proteção básica e a proteção especial; nesta última, a de alta complexidade e a de média complexidade, situando os CREAS como dispositivo de proteção especial de média complexidade.

O autor afirma, então, que, para reconhecer as possibilidades das práticas psi no campo da Assistência Social, é necessário analisar as transformações pelas quais passaram os saberes psicológicos, compreendendo como as políticas de Assistência Social convocam a Psicologia, e como esta pode responder de modo eticamente coerente. Estas mudanças nas perspectivas da Psicologia se deram principalmente em direção a um saber inserido no contexto histórico-social implicado com as transformações políticas e sociais, superando as visões de um pensamento individualista, adaptacionista e assistencialista, que pregava a objetividade e a neutralidade. Cita as Referências Técnicas para Prática de Psicólogos (os) no CREAS, do CFP (2012), documento elaborado no programa CREPOP (Centro de Referências Técnicas em Psicologia e Políticas Públicas), que se coadunam com o reconhecimento da importância dos Direitos Humanos para o exercício e consolidação da cidadania, da valorização da autonomia e emancipação humanas e da transformação da realidade social, além de partir da concepção do sujeito na sua relação com o contexto histórico, social e cultural.

Passa, então, a descrever as possibilidades psi no CREAS de Guapimirim, através de vários eixos e ações: Atendimento e Acompanhamento Psicossocial, Visita Domiciliar, Atividades Grupais, Relatórios e Articulação da Rede.

Em suas considerações finais, afirma que a clínica psicológica tradicional não tem espaço na Assistência Social como um todo; mas diz: “...trata-se de permitir a emergência de outras clínicas que pensem para além do sujeito, o que envolve o questionamento da clássica separação entre clínica e política, o reconhecimento das múltiplas determinações, atravessamen-

tos e transversalidades no espaço da clínica, das linhas de conexão que podem visar as estados de controle e dominação”.

As psicólogas Emmanuela Neves Gonçalves e Hebe Signorini Gonçalves foram premiadas por seu trabalho: “A prática profissional de psicólogos junto ao Centro de Atendimento Especializado à Mulher (CEAM)”. Nele, apontam “... a escassez de produções acadêmicas sobre o assunto”, ou seja, o trabalho da Psicologia junto às políticas públicas de enfrentamento à violência de gênero. O trabalho baseou-se principalmente em entrevistas feitas com duas psicólogas que atuam em um CEAM no município do Rio de Janeiro.

Em breves reflexões, as autoras dizem da inflexão ocorrida na ciência e nas práticas psicológicas ao cuidar destes temas, a partir principalmente da década de 1960, sob o impacto dos estudos e do ativismo feministas. De uma Psicologia pretensamente neutra, objetiva, asséptica, universal, para uma Psicologia que atenta para as diferenças e diversidades de gênero, as quais afirmam “as multiplicidades de modos de ser mulher”. Além desses efeitos nesta área específica, discutem-se “os atravessamentos políticos da intervenção psicológica” e a construção da disciplina comprometida com as questões sociais e culturais que constituem os sujeitos.

A seguir, situam brevemente a atuação dos CEAMs – os Centros Especializados de Atendimento à Mulher – e a inserção da Psicologia nestes serviços, como parte de uma equipe mínima. Passam, então, a descrever o trabalho de uma destas equipes, pelas entrevistas realizadas com duas psicólogas que trabalham nesse centro, com o estabelecimento de três categorias de análise: as equipes, o acompanhamento às mulheres em situação de violência, Psicologia Política. Apresentam a equipe que trabalha no centro, falando das relações trabalhistas – os vínculos profissionais diferenciados, as perspectivas de continuidade de trabalho diversas, os salários discrepantes – enfim, a situação precária que causa insegurança e se reflete negativamente no trabalho; as insuficiências na formação acadêmica – nas temáticas de gênero, nas políticas públicas, nos direitos humanos – dizendo que o conhecimento necessário para o trabalho é construído no cotidiano

de atuação da equipe. O atendimento individual é feito, mas o trabalho de grupo é privilegiado como uma das formas mais adequadas para trabalhar a questão da violência de gênero, referindo-se ao documento “Referências Técnicas para Atuação das (os) Psicólogas (os) em Programas de Atenção à Mulher em Situação de Violência”, do Conselho Federal de Psicologia (2012). Apresentam a discussão sobre o conceito de violência e em consequência os lugares de vítima e agressor, inevitável quando se está diante de casos concretos em todas as suas especificidades.

Após afirmar, de acordo com uma das entrevistadas, que a “política de uma forma geral, deve fazer parte da formação do psicólogo”, as autoras dizem, em suas “Considerações Finais”, que o desafio proposto para uma atuação psi que se volte para a transformação da sociedade pautada na promoção e garantia de direitos sociais impõe ao psicólogo a necessidade de considerar a realidade social a partir de uma perspectiva histórica, buscando a desnaturalização dos fenômenos sociais.

José Novaes, conselheiro do CRP-RJ (CRP 05/980)

Segundo lugar

VIII PRÊMIO MARGARETE DE PAIVA SIMÕES FERREIRA

A prática
profissional de
psicólogas junto
a um centro
especializado de
atendimento à
mulher.

-
-
-
-

Emmanuela Neves Gonsalves
Hebe Signorini Gonçalves

Resumo

O presente artigo se refere à reflexão sobre o trabalho da psicologia junto às políticas públicas de enfrentamento à violência de gênero. A partir de pesquisa bibliográfica sobre a temática foi possível perceber a escassez das produções acadêmicas sobre o assunto. A proposta se refere à análise de duas entrevistas com duas psicólogas que atuam em um Centro Especializado de Atendimento à Mulher, localizado no município do Rio de Janeiro. A partir da Análise de Conteúdo do material coletado foi possível estabelecer três categorias de análise: as equipes; o acompanhamento às mulheres em situação de violência e Psicologia Política. A partir da discussão e reflexão sobre os resultados da pesquisa, foi possível perceber a importância da psicologia para o atendimento às mulheres em situação de violência nas políticas públicas a partir de uma atuação política, voltada para a promoção da cidadania e para a garantia de direitos.

Palavras-chave: Psicologia; Políticas Públicas; Gênero; Violência

Introdução

O presente trabalho traz um recorte dos resultados finais de pesquisa de mestrado empreendida com o objetivo de conhecer e refletir sobre o trabalho da psicologia junto aos Centros Especializados de Atendimento à Mulher (CEAMs) do Rio de Janeiro. Este artigo busca promover uma reflexão sobre o trabalho da psicologia junto a um CEAM localizado no município do Rio de Janeiro, parte integrante das políticas públicas de enfrentamento à violência contra as mulheres. Trata-se de um estudo exploratório, tendo em vista a escassez de publicações sobre a temática. Poucos foram os artigos encontrados que tratam da articulação entre psicologia e políticas públicas de enfrentamento à violência contra as mulheres.

Inicialmente, realizou-se uma reflexão sobre o lugar da psicologia juntos às políticas públicas e às discussões feministas no Brasil. A princípio identificada com uma ciência neutra e elitista, a psicologia ou as psicolo-

gias - mesmo influenciadas pelos estudos feministas - percorreram caminhos de profundas mudanças em suas bases teóricas e metodológicas e, na atualidade, voltam-se para um exercício profissional relacionado à garantia de direitos e promoção de cidadania. Em seguida, problematiza-se o lugar dos CEAMs na política de enfrentamento à violência contra as mulheres no Brasil e, então, empreendem-se discussões sobre a prática psicológica junto ao centro especializado em questão a partir das entrevistas realizadas. Esta pesquisa foi devidamente aprovada pelo Comitê de Ética e o número do Certificado de Apresentação para Apreciação Ética (CAAE) é 28359314.2.0000.5582.

Metodologia

Com o objetivo de conhecer e refletir sobre o trabalho da psicologia nas políticas de enfrentamento à violência contra as mulheres, especificamente no que tange aos CEAMs no Rio de Janeiro, optou-se por aprofundar a análise de duas entrevistas semiestruturadas realizadas com duas psicólogas que trabalham em um centro especializado, localizado neste mesmo município. As entrevistas empreendidas com as duas psicólogas que trabalham no CEAM em questão foram gravadas, transcritas, relatadas em um diário de campo e submetidas à análise de conteúdo (BARDIN, 2011).

Apesar de o universo das entrevistas ser restrito, considera-se que o material coletado é de grande valia para a presente proposta. A partir do aprofundamento da análise das entrevistas foi possível conhecer o trabalho da psicologia nestes espaços de atendimento e, ainda, refletir sobre o lugar da psicologia nestas instituições.

Breves reflexões sobre os percursos das psicologias enquanto ciência e profissão

Refletir sobre a prática psicológica em qualquer campo requer que se volte o olhar para a própria inserção da psicologia nos campos científico e pro-

fissional ao longo da história. Segundo a crítica de Nogueira (2012, p. 50), “desde os primórdios, a psicologia rapidamente estabeleceu o seu território como o de uma ciência objetiva, quantitativa, empírica e livre de valores”.

Antes mesmo da regulamentação da psicologia enquanto profissão no Brasil, Cruz & Guareschi (2012, p.24) apontam que “o discurso *psi* já se encontrava disseminado em algumas práticas, destacando o caráter normalizador destes discursos e de produção do “desviante”, presente nas teorias psicológicas associadas às práticas da época. Identificado com os interesses da elite que dominava o Brasil, Gonçalves (2010) aponta que o desenvolvimento dos estudos psicológicos esteve atrelado ao processo de modernização do país e, portanto, à crescente industrialização. Assim, os conhecimentos produzidos e amplamente disseminados nas políticas públicas brasileiras, servindo ao controle social e à adaptação dos indivíduos, apontam para “seu compromisso com a ideologia dominante e com as elites do país” (GONÇALVES, 2010, p. 83). Neste sentido, a autora aponta que a ciência psicológica esteve, por bastante tempo, comprometida “com a manutenção de uma realidade injusta e desigual.” (GONÇALVES, 2010, p.91).

Esse conhecimento normalizador está ligado à naturalização dos fenômenos *psi* e à compreensão de que o conhecimento sobre o psiquismo humano é universal e, portanto, capaz de produzir intervenções adaptativas sobre os sujeitos (GONÇALVES, 2010).

A análise crítica da história desse período mostra, em síntese: uma Psicologia pretensamente neutra, falando de processos naturais e universais do homem; uma Psicologia que aplicava esses conhecimentos em diferentes situações, sem atentar para o contexto sócio-histórico particular de que se trata cada caso e para as subjetividades constituídas nessas particularidades; uma formação em Psicologia predominantemente reprodutora de conhecimentos e práticas, levando a uma formação

tecnicista; uma Psicologia com pouca inserção social, na medida em que atuava em espaços sociais a que apenas parte da população, elite e classes média e média alta, tinham acesso; uma Psicologia, portanto, longe das necessidades mais amplas, mais relevantes da sociedade brasileira (GONÇALVES, 2010, p. 90-91).

É importante ressaltar, todavia, que a pretensão de se produzir um saber neutro termina por ocultar as relações de poder estabelecidas nestas construções, sem jamais torná-las ausentes, já que elas são inerentes às relações sociais.

Sabe-se, contudo, que a história da produção dos saberes nunca segue uma linha linear e coesa. Muitas são as psicologias que constroem a “história da psicologia no Brasil”. Gonçalves (2010) relata que existem psicologias que objetivam adaptar, enquadrar e controlar os indivíduos nos moldes da sociedade capitalista, outras que buscam a normalização e naturalização das subjetividades e, ainda, psicologias voltadas para ações mais coletivas que promovam o engajamento dos sujeitos em ações que objetivam a construção de uma nova sociedade a partir da melhoria da qualidade de vida. Na atualidade, algumas linhas teóricas da psicologia social buscam a compreensão da dimensão subjetiva como constituinte da realidade social.

A Psicologia, evidentemente, sempre teve, de certa maneira, seu foco nas questões da subjetividade. Nesse caso, a questão que se põe e que remete à noção de dimensão subjetiva de fenômenos sociais é outra. Trata-se da maneira como os aspectos da subjetividade presentes nos espaços de articulação entre indivíduo e sociedade foram abordados ao longo da história da psicologia, especificamente, da psicologia social (GONÇALVES, 2010, p. 73).

No campo social, Gonçalves (2010) compreende que a história da psicologia aponta para uma *presença secundária* da Psicologia, pois sua intervenção oferecia subsídios para que profissionais de outras áreas empreendessem a adequação dos sujeitos às instituições sociais. A psicologia aplicada separa um lugar de auxiliar de outras áreas, assim, o “especialista” *psi* produz conhecimentos sobre personalidade, relações humanas, desenvolvimento, aprendizagem, dentre outros, para instrumentalizar a intervenção de outros profissionais:

É dessa forma que se nota a presença da psicologia nos setores sociais, basicamente vinculada à emissão de laudos e diagnósticos e com pouca participação direta na implementação de ações para atender aos indivíduos. Além disso, esse atendimento, quando ocorria, era, em geral, nos moldes do atendimento que tradicionalmente tem caracterizado a prática profissional: o do profissional liberal, que faz atendimento clínico individual (GONÇALVES, 2010, p. 82).

A associação entre movimento feminista e psicologia impactou a noção de uma psicologia objetiva, neutra e universal, quando o feminismo reconheceu a multiplicidade de modos de ser mulher. Desde então, as psicólogas feministas buscaram a reconstrução da disciplina (NOGUEIRA, 2012).

Os estudos feministas podem ser classificados esquematicamente em três vagas: a primeira compreende o período entre o século XIX até a década de 60; a segunda se refere ao período entre 1960 e 1980 e, na contemporaneidade, podemos nos referir à terceira vaga, ou ao pós-feminismo (NOGUEIRA, 2012). Até a década de 60, a psicologia se limitou a assumir que homens e mulheres são diferentes entre si, desconsiderando tanto as semelhanças entre eles quanto as diferenças entre as mulheres e entre os homens (NOGUEIRA, 2012). Na primeira vaga feminista, os estudos psicológicos sobre os sexos buscavam especialmente definir as diferenças de

personalidade entre mulheres e homens, que poderiam fundamentar as diferenças no exercício dos papéis sociais entre os sexos (AMÂNCIO apud NOGUEIRA, 2012).

Durante a segunda vaga, os estudos se voltaram para as diferenças e igualdades entre homens e mulheres e seus pressupostos englobam: “1 – argumentação para justificar a igualdade de características entre os gêneros; 2 – argumentações para justificar as diferenças entre os gêneros; 3 – valorização das diferenças entre os gêneros” (NOGUEIRA, 2012, p. 56). Os estudos de gênero ao longo da segunda vaga contribuíram para a crítica aos modelos positivistas e ampliaram o alcance do pensamento dialógico. Neste momento, a psicologia insistiu nos estudos sexistas voltados para a experiência da mulher e para a necessidade de estudar os efeitos pessoais e sociais da dominação masculina sobre as mulheres.

Influenciada pela perspectiva do construcionismo social e pelo advento do pós-modernismo nas ciências sociais em geral, a psicologia se insere na terceira vaga feminista a partir de um posicionamento crítico, de rejeição do dualismo e do essencialismo e na tentativa de tornar evidentes as armadilhas presentes nos debates em torno das igualdades e diferenças entre homens e mulheres (NOGUEIRA, 2012).

No contexto da psicologia social, certamente o construcionismo é uma referência importante como fundamento básico para pensar os fenômenos pertinentes a esse campo e o papel das relações de gênero nesses processos. Conceitos centrais para a psicologia social têm sido renovados a partir dessa perspectiva, agregando as contribuições das teorias feministas e valorizando os aspectos referentes ao gênero na constituição dos sujeitos (NUERNBERG et al., 2010, p.44).

Nota-se, assim, que os estudos feministas tiveram grande influência na reestruturação teórica da psicologia social no que tange à superação de análises psicologizantes da realidade (AMÂNCIO apud NUERNBERG et al., 2010).

Para demonstrar a influência dos estudos feministas na psicologia social contemporânea, Prado et al. (2011) afirmam que os estudos de gênero foram historicamente inseridos no campo das pesquisas em psicologia social por militantes e pesquisadoras da área que marcaram as relações de gênero como estruturantes da sociedade e das subjetividades. Os autores destacam a professora Karin Ellen von Smigay como uma das principais teóricas que colaborou para a inserção dos estudos de gênero no campo da psicologia social. “Pesquisadora-ativista feminista [...] tinha como foco as tensões entre as normas de gênero e o exercício democrático do prazer e da sexualidade, sempre focalizado a partir da perspectiva dos sujeitos coletivos” (PRADO et al., 2011, p.201).

Ao articular ativismo, políticas públicas e ciência, Karin Ellen von Smigay

preocupou-se com as incidências institucionais que inscrevem formas de intervenção sobre violências de gênero, ou seja, perseguiu insistentemente na preocupação sobre como as instituições públicas poderiam lidar com um mundo sensível das relações afetivas sem engessá-las em modelos simplistas de compreensão. Foi talvez este desejo que fez da feminista-pesquisadora uma deliciosa lutadora pelo funcionamento das instituições públicas que marcam o estado de direito das democracias. Ao mesmo tempo, desconfiando da capacidade das mesmas instituições, narrava a necessidade da emergência de sujeitos políticos a partir das posições feministas (PRADO et al., 2011, p.201).

De acordo com Gonçalves (2010), práticas psicológicas que considerem as vivências coletivas, os sujeitos não isolados, mas inseridos em um espaço social, podem possibilitar que a intervenção seja cultural e contribuir para a promoção da justiça e da solidariedade e para a disseminação de uma atuação voltada para a perspectiva dos direitos humanos. “A perspectiva que a Psicologia traz para as políticas públicas, que é a da subjetividade, pode contribuir nessa direção” (GONÇALVES, 2010, p.124).

Alguns estudos psicológicos na contemporaneidade têm voltado atenção para a discussão sobre os atravessamentos políticos da intervenção psicológica. Ao desconsiderar a ideia de neutralidade, pode ser pensada a construção de uma psicologia comprometida com as questões sociais e culturais que constituem os sujeitos. Neste sentido, Azerêdo (2010) ressalta que estudar as questões de gênero implica em uma postura de abertura do pesquisador para o encontro, para compreender a complexidade que envolve a “encrenca” de gênero e resistir à domesticação do conceito. “É preciso considerar os processos de subjetivação que nos constituem e também levar em conta o político, e este tem sido um ponto cego nas teorizações em psicologia” (AZERÊDO, 2010, p.185).

Em artigo sobre a inserção da psicologia nas políticas públicas de assistência social, Cruz e Guareschi (2012, p.15) apontam para a necessidade de se discutir, a partir desta inserção, “a constituição do social como objeto de conhecimento no campo de intervenção das ciências humanas e a especialidade da Psicologia com o objetivo de desnaturalizar o social”. Deve-se levar em consideração que a formulação de uma determinada política pública pressupõe um entendimento sobre as subjetividades a que se referem essas políticas. Em cada política pública está implícita uma compreensão de ser humano e de sujeito (GONÇALVES, 2010). Da mesma forma que a análise da subjetividade não deveria prescindir da análise dos processos sociais em relação, é coerente pretender que as diretrizes políticas e sociais sejam aplicadas de acordo com as singularidades e não uniformemente para todos os indivíduos.

Neste sentido, Gonçalves (2010, p.75) aposta que “a Psicologia pode contribuir para a elaboração de políticas dizendo o que constitui a dimensão subjetiva e como ela pode se configurar de acordo com um projeto de sociedade determinado”. Da mesma forma, Baptista (2012) considera que a psicologia pode contribuir para o planejamento e a efetivação de políticas públicas. O autor considera que o entrecruzamento entre subjetividade e poder a partir da psicossociologia e a reflexão sobre o lugar da primeira nas disputas de poder nos processos decisórios e nas políticas públicas podem colaborar para uma análise desses processos.

Os centros especializados de atendimento à mulher e a prática *psi*

Parte integrante das políticas públicas de enfrentamento à violência contra as mulheres no Brasil, os CEAMs são equipamentos da Rede de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres e podem ser definidos da seguinte forma:

estruturas essenciais do programa de prevenção e enfrentamento à violência contra a mulher, uma vez que visa promover a ruptura da situação de violência e a construção da cidadania por meio de ações globais e de atendimento interdisciplinar (psicológico, social, jurídico, de orientação e informação) à mulher em situação de violência. Devem exercer o papel de articuladores dos serviços organismos governamentais e não-governamentais que integram a rede de atendimento às mulheres em situação de vulnerabilidade social, em função da violência de gênero (BRASIL, 2006, p. 11).

Sobre os Centros, Pougy (2010) afirma que estes serviços fazem parte da rede de atendimento às mulheres em situação de violência e atuam como

referência da tentativa de ruptura da situação de violência de gênero, dinamizando o acesso aos demais entes e às soluções que consegue vislumbrar, com base em orientação e apoio, o que poderá potencializar o resgate de sua condição cidadã (POUGY, 2010, p. 82).

Parte da equipe mínima para o funcionamento dos CEAMs, a psicologia tem sido convidada a integrar a rede de atenção às mulheres em situação de violência no âmbito das políticas públicas.

Em pesquisa sobre a inserção do psicólogo nos serviços para mulheres em situação de violência da Região Metropolitana de São Paulo, Hanada, D´Oliveira e Schraiber (2010) observaram que os psicólogos estão inseridos em todas as categorias de serviços da rede. As atividades dos psicólogos nesses espaços são diversas e estão ligadas não somente ao atendimento individual com foco terapêutico, mas ainda a atividades de orientação, mediação, educação, etc. Tendo em vista a abertura deste campo de atuação *psi*, as autoras alertam para a necessidade de maior definição e clareza no que diz respeito às atividades psicológicas, que não se restringem ao atendimento individual. Neste sentido, questionam qual a forma de inserção da psicologia nos serviços de atendimento à mulher, bem como em quais pressupostos teóricos os psicólogos têm fundamentado sua prática.

De acordo com o documento Referências Técnicas para Atuação de Psicóloga(o)s em Programas de Atenção à Mulher em Situação de Violência (CFP, 2012), o trabalho da psicologia nos serviços de atenção às mulheres se refere a:

oferecer informações sobre a rede de atendimento para construir juntamente com a mulher um plano de enfrentamento à violência. Além de potencializar a crítica social sobre o papel da mulher na sociedade e sobre as formas que

esta sociedade cria para enfrentar a violência. Dentre o trabalho também está a função de fortalecer a subjetividade para entender, criticar e enfrentar a sociedade, assim como apresentar a esta mulher os dispositivos (institucionais, egóicos e comunicacionais) que permitam a produção de mudança, de transformação da sua vida e da sociedade, retratando o aspecto político do fazer dessa(e) psicóloga(o) (CFP, 2012, p.64-65).

Acredita-se que “o atendimento da crise não é suficiente. O papel da (o) psicóloga (o) é o de promotor de reflexões e de processos de conscientização das mulheres para que elas possam fazer novas escolhas e reconstruir suas vidas” (CFP, 2012, p. 105).

Psicólogas em um centro especializado de atendimento à mulher

Com o objetivo de conhecer melhor sobre a inserção da psicologia junto aos CEAMs, foram entrevistadas duas psicólogas que trabalham em um centro localizado no município do Rio de Janeiro. A partir da análise de conteúdo (BARDIN, 2011) do material coletado através das entrevistas foi possível estabelecer três categorias de análise: as equipes; o acompanhamento às mulheres em situação de violência e Psicologia Política. Nos próximos tópicos serão explicitados os resultados da pesquisa, as dinâmicas da instituição em questão e as especificidades do trabalho *psi* neste serviço.

As equipes

A equipe deste centro é composta por quatro psicólogas, três assistentes sociais e duas advogadas, sendo os vínculos profissionais estabelecidos de forma diferenciada, o que torna as relações trabalhistas mais complexas. Existe na equipe funcionárias públicas cedidas de outros órgãos, técnicas

com cargos comissionados e técnicas com contratos temporários. Com perspectivas de continuidade do trabalho diversas e salários discrepantes, os impactos para a dinâmica institucional são notórios.

Baptista (2012) chama a atenção para a necessidade de estudos sobre as relações de poder estabelecidas no interior das relações trabalhistas nas políticas públicas, tendo em vista que o regime trabalhista de grande parte dos psicólogos que atuam nestas instituições se dá a partir de contratos pelo Estado. De acordo com o autor, este tipo de relação pode ter impacto em questões éticas da categoria.

No que tange à formação profissional, as profissionais entrevistadas relataram que a formação universitária em psicologia não contemplou temáticas de gênero, políticas públicas e direitos humanos. A formação nesta área se deu a partir de interesses pessoais das próprias técnicas através da participação em eventos sobre a temática e leituras.

A partir de seu percurso como docente em uma universidade, Azerêdo (2010) observa que a formação em psicologia pouco se dedica às questões de gênero; o que se tem observado é que dificilmente essas questões alcançam os espaços de formação de psicólogos. Este seria um dos indícios de que a formação de psicólogos “ainda é distante da realidade brasileira” (GONÇALVES, 2010, p.106).

Reis, Giugliani e Pasini (2012) apontam para a importância da formação acadêmica em psicologia estar atrelada ao campo das políticas públicas. Pesquisa desenvolvida pelo CREPOP/CRPRS mostrou que os cursos de graduação em psicologia não incluíam em suas grades de disciplinas as teorias psicológicas que poderiam fundamentar as intervenções *psi* no campo das políticas públicas. Em relação aos cursos de formação, os psicólogos que participaram da pesquisa apontaram ainda “a falta de entendimento do fazer do psicólogo enquanto um fazer político” (REIS; GIUGLIANI; PASINI, 2012, p.161). Neste sentido, é importante destacar que “o não reconhecimento de que as práticas psicológicas possuem implicações políticas

não gera um não efeito destas, mas uma não responsabilização por aquilo que produzimos a partir do nosso trabalho junto às populações atendidas” (REIS; GIUGLIANI; PASINI, 2012, p.163).

Quanto à capacitação profissional em serviço, as psicólogas entrevistadas apontaram que esta se dá a partir do acompanhamento de outras profissionais no cotidiano e da troca entre as profissionais em reuniões de equipe. Não há uma capacitação formal com palestras e discussões de textos que pudessem instrumentalizá-las para o trabalho no centro.

A partir destes resultados das entrevistas, concordamos com Diniz (2006) que:

na prática, esse conhecimento é construído dentro das disciplinas e através delas, transdisciplinarmente. A psicóloga, a assistente social, o médico, enfim qualquer uma das profissões que estejam envolvidas, policiais, advogados, não tiveram isso na sua formação. O saber é desenvolvido no nosso cotidiano; sistematizando as questões, mas isso só ocorre se existe a oportunidade de refletir sobre a prática (DINIZ, 2006, p.28).

As psicólogas apontaram ainda a dificuldade de trabalhar com a temática em questão e a necessidade de que as profissionais tenham um suporte psicológico para o não adoecimento. Algumas profissionais já adoeceram na instituição e este suporte fica a cargo de cada profissional. Uma das entrevistadas ressaltou a importância do Estado investir nestas profissionais. Neste sentido, Diniz (2006, p.29) observou em sua pesquisa que “a necessidade de atenção e elaboração desse sofrimento de quem atende ainda não é claro para muitas das instituições que lidam com violência”.

O acompanhamento às mulheres em situação de violência

De acordo com a Norma Técnica de Uniformização dos Centros de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência, “o atendimento deve pautar-se no questionamento das relações de gênero baseadas na dominação e opressão dos homens sobre as mulheres, que têm legitimado e perpetuado as desigualdades e a violência de gênero” (BRASIL, 2006, p. 15).

Neste centro especializado, o primeiro atendimento é realizado por uma psicóloga ou uma assistente social e em alguns casos, quando se observa dificuldade no manejo das demandas, outra profissional pode ser convidada a integrar o atendimento. Mas, em geral, as técnicas atendem individualmente e encaminham as demandas para atendimentos subsequentes com profissionais de outras áreas. A mulher pode ser atendida por diferentes profissionais, mas será efetivamente acompanhada pela profissional que a atendeu pela primeira vez. Esta será, portanto, sua técnica de referência na instituição.

As psicólogas entrevistadas consideram que o atendimento individual deve ser interdisciplinar tendo em vista que cada técnica possui um olhar atento para as demandas de outras áreas e elas recebem o suporte das diferentes áreas profissionais durante e após as intervenções. De acordo com Santos e Vieira (2011), as especificidades das disciplinas podem compor uma totalidade que caminhe no sentido contrário à fragmentação do conhecimento e à atomização da práxis, idealizando a “transversalidade dos saberes”. Os autores apostam na interdisciplinaridade para atender às complexidades da violência contra as mulheres, tendo em vista que este paradigma científico se baseia no respeito à diversidade de olhares, “na defesa de uma ética relacional de corresponsabilização dos atores sociais, na busca compartilhada de soluções que permitam superar os problemas das pessoas, na humanização e produção da integralidade do cuidado” (SANTOS; VIEIRA, 2011, p.104).

Além do trabalho individual, neste centro privilegia-se o trabalho com grupos de mulheres. De acordo com uma das psicólogas entrevistadas, promover grupos reflexivos é uma das formas mais adequadas para trabalhar a questão da violência de gênero. Os grupos deste centro são abertos, semanais e não possuem um tempo pré-determinado para a participação das mulheres. Os grupos, em geral, são acompanhados por uma psicóloga e uma assistente social e contam com uma variação de dez mulheres por encontro, que são encaminhadas para o grupo a partir do atendimento individual. De acordo com as entrevistadas, o objetivo do grupo é propiciar à mulher um espaço protegido no qual ela possa compartilhar seus incômodos; um lugar em que possa falar com seus pares, que vivenciaram situações parecidas. As mulheres que participam desses grupos têm uma grande diversidade socioeconômica e diferentes histórias de vida. Suas experiências nunca são similares e essa diversidade potencializa a troca.

O documento do Conselho Federal de Psicologia (CFP) aponta que os psicólogos usualmente desenvolvem atividades de grupos nos serviços de atenção às mulheres em situação de violência, no qual trabalham diversos temas relacionados: “direitos humanos, direitos sexuais e reprodutivos, violação de direitos, relações familiares, vínculos afetivos, retorno ao lar, políticas públicas, empoderamento econômico entre outros” (CFP, 2012, p.93).

O trabalho em grupo constitui um dispositivo potente de produção de relações, experiências e significados colocando o sujeito como ator principal do seu processo de desenvolvimento, no qual vivencia e exerce sua cidadania. Além disso, o compartilhamento de informações, sentimentos e conhecimentos entre os participantes na direção da construção da autonomia e na superação da situação de violência. No trabalho em conjunto, a diversidade é vista como instrumento coletivo

e de desenvolvimento individual. Como todas as modalidades de atendimento psicossocial, o trabalho em grupo também considera a história do sujeito, seus recursos pessoais, conceitos para desenvolver, de forma coletiva, estratégias e projetos de vida (CFP, 2012, p. 92–93).

Uma das psicólogas entrevistadas relatou que, paralelamente ao trabalho no centro especializado em questão, ela teve uma inserção em outra instituição a partir do trabalho com grupos de homens autores de violência contra as mulheres. Para a entrevistada, o trabalho com homens autores de violência e com mulheres em situação de violência em instituições diferentes possibilitou uma reflexão sobre os lugares de vítima e agressor.

Propondo-se a realizar um estudo crítico sobre o conceito de violência, Segata (2012) afirma que grande parte destes estudos possui um caráter denunciatório, essencialista e negativista, que servem apenas à visibilização da violência, caracterizando o sujeito como “violento”, desconsiderando a existência de um sujeito inteiro, maior que a violência em si. Apesar de, como Segata (2012) aponta, a violência ser um conceito que se apresenta de forma autoexplicativa e que carrega valores morais em sua própria definição, Sarti (2011) propõe que a análise dos discursos sociais sobre violência deva se distanciar da conotação moral e buscar a desconstrução dos discursos sobre a violência disseminados na presente sociedade. Desta forma, é necessário “compreender a lógica na qual se inscrevem e empreender uma análise distanciada que permita abrir o caminho para uma política e uma intervenção social efetivas em seu enfrentamento” (SARTI, 2011, p.58).

A partir da reflexão sobre sofrimento e violência, Sarti (2011, p.51) aponta para a noção de vítima como uma produção das sociedades contemporâneas que objetiva a “legitimação moral de demandas sociais”. Para além de realizar uma história social da vítima, Sarti (2011) problematiza a própria noção de violência enquanto construção social e questiona as visibilidades e invisibilidades produzidas a partir dos lugares de vítimas e agres-

sores e o contorno dado às políticas públicas voltadas para a violência e o cuidado na contemporaneidade.

Em consonância com essa perspectiva, nossa entrevistada considera que o trabalho da psicologia no CEAM deve possibilitar que a mulher supere o lugar subjetivo de vítima, se apodere de sua própria vida e efetivamente faça suas próprias escolhas. Pressupõe-se, desta forma,

uma perspectiva antiessencialista do entendimento das formas de violência nas relações afetivas, buscando entendê-las como jogos de poder. [...] A violência de gênero é um processo complexo e sua inteligibilidade aponta para uma complicada dinâmica relacional na esfera cotidiana (PRADO et al., 2011, p.201).

Psicologia política

Em uma das entrevistas, a psicóloga apontou que não existe o que é “da psicologia” na instituição e todos os profissionais, de diferentes áreas, atuam nas diversas frentes de trabalho. O que há de específico no lugar da psicologia é sua formação, sua escuta e seus métodos de manejo das intervenções.

Ao falar de sua trajetória profissional na instituição, uma das psicólogas entrevistadas contou a história do próprio centro. Esta é a psicologia que queremos. Uma psicologia que não está isolada das questões políticas e institucionais, mas que percebe os atravessamentos e lutas, juntamente com toda a equipe, pelo estabelecimento de um serviço público de qualidade no enfrentamento à violência de gênero.

A partir de uma das atuações junto a um grupo com mulheres, uma das psicólogas entrevistadas contou que se viu diante da possibilidade de dar continuidade ao grupo a partir de um viés relacionado à geração de renda e assim fez. Esta experiência de empreendedorismo junto às mulheres não

teve o suporte institucional necessário e, portanto, não conseguiu formalizar uma cooperativa efetivamente, mas ela considera que a experiência foi produtiva pelos avanços pessoais das mulheres no que tange à geração de renda e aos estudos. E isto não é fazer psicologia, também?

Uma das psicólogas entrevistadas considera que a política, de uma forma geral, deve fazer parte da formação do psicólogo.

Lançamos, então, alguns desafios para as próximas décadas: estranhar o que nos parece familiar, articular a dimensão política na formação em Psicologia e políticas públicas, propor ações que não operem na perspectiva da normalização, enfim, acreditar na potência dos sujeitos (CRUZ & GUARESCHI, 2012, p.31).

Considerações finais

Repensar o lugar da psicologia na sociedade a partir de suas bases epistemológicas, que construíram diferentes metodologias de intervenção ao longo do tempo, é fundamental para refletir sobre o lugar que a psicologia hoje ocupa nos diferentes campos em que intervém. Este percurso permite compreender os impasses enfrentados pelos psicólogos nas instituições. De fato, os entraves na formação de psicólogos e a ausência de discussões acadêmicas sobre gênero, violência e políticas públicas torna a prática *psi* nas instituições um desafio. Pensar e repensar as intervenções constitui um exercício cotidiano, portanto.

As entrevistas realizadas possibilitaram a ampliação do conhecimento sobre o trabalho da psicologia junto aos centros especializados de atendimento à mulher, apesar de assumir que este conhecimento se deu de forma limitada, tendo em vista o universo das entrevistas.

Se observadas estas questões, a intervenção psicológica poderia provocar

mudanças culturais. Desta forma, acredita-se na construção de “um projeto de sociedade que crie condições para que os indivíduos exercitem a condição de sujeitos históricos” (GONÇALVES, 2010, p.76). O desafio frente às novas demandas se refere a uma práxis comprometida com “uma mudança na cultura profissional da Psicologia” (OLIVEIRA, 2012, p. 48), ligada à promoção da justiça social e dos direitos humanos.

Enfim, o desafio proposto por Gonçalves (2010, p.63) de uma atuação *psi* para a “transformação da sociedade, pautada na promoção e garantia dos direitos sociais”, impõe ao psicólogo a necessidade de considerar a realidade social a partir de uma perspectiva histórica, buscando a “desnaturalização dos fenômenos sociais”. De acordo com Oliveira (2012), para a construção de uma “nova” psicologia é fundamental que o profissional *psi* conheça os fenômenos sociais, a elaboração e a implementação das políticas, bem como a proximidade do profissional junto às populações atendidas.

Portanto, a violência contra a mulher exige da Psicologia repensar suas práticas e modelos de intervenção tradicionais, especialmente os modelos clínicos voltados para o interpsíquico, devendo agregar o desenvolvimento de novas práticas que incorporem a perspectiva social, a clínica ampliada, a clínica social ou ainda intervenções psicossociais articuladas com as práticas de outros profissionais e serviços. O atendimento à mulher em situação de violência requer discussões a respeito das contextualizações das novas demandas sociais, que exigem da Psicologia uma ampliação de suas práticas e novos campos de atuação (CFP, 2012, p. 49).

Referências bibliográficas

AZERÊDO, S. Encrenca de gênero nas teorizações em psicologia. **Rev. Estud. Fem.**, vol. 18, n. 1, 2010, p. 175-188. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v18n1/v18n1a11.pdf>>. Acesso em: 27 de dezembro de 2013.

BAPTISTA, G. C. Análise de políticas públicas, subjetividade e poder: matrizes e intersecções teóricas. **Psicol. USP**, vol. 23, n. 1, 2012, p. 45-67. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pusp/v23n1/v23n1a03.pdf>>. Acesso em: 12 de novembro de 2013.

BARDIN, L. Análise de Conteúdo. Tradução: Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2011. 279 p.

BRASIL. **Norma Técnica de Uniformização**: Centros de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência. Brasília: Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2006, 45 p. Disponível em: <<http://www.sepm.gov.br/publicacoes-teste/publicacoes/2006/crams.pdf>>. Acesso em 01 de agosto de 2013.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). **Referências técnicas para atuação de psicólogos (os) em Programas de Atenção à Mulher em situação de Violência**. Brasília: CFP, 2012. Disponível em: <<http://crepop.pol.org.br/novo/wp-content/uploads/2013/05/2013-05-02b-MULHER.pdf>>. Acesso em: 09 de junho de 2014.

CRUZ, L. R. da; GUARESCH, N. M. de F. Articulação entre a psicologia social e as políticas públicas na assistência social. In: CRUZ, L. R. da e GUARESCH, N. M. de F. In: **O psicólogo e as políticas públicas de assistência social**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012. p. 15-34.

DINIZ, S. G. Violência contra a mulher: estratégias e respostas do movimento feminista no Brasil (1980-2005). In: DINIZ, S. G.; SILVEIRA, L. P.;

MIRIM, L. A. (Orgs.). **Vinte e cinco anos de respostas brasileiras em violência contra a mulher**: Alcances e Limites. São Paulo: Coletivo Feminista e Saúde, 2006. p. 15 – 44. Disponível em: <<http://www.mulheres.org.br/site/wp-content/uploads/2012/05/25anos-completo.pdf>>. Acesso em: 30 de junho de 2014.

GONÇALVES, M. da G. M. **Psicologia, subjetividade e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 2010. 134 p.

HANADA, H.; D´OLIVEIRA, A. F. P. L.; SCHRAIBER, L. B. Os Psicólogos na Rede de Assistência a Mulheres em Situação de Violência. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 18(1): 288, jan/abr. 2010, p. 33-59.

NOGUEIRA, C. O gênero na Psicologia Social e as teorias feministas: dois caminhos entrecruzados. In: PORTUGAL, F. T. e JACÓ-VILELA, A. M. (Orgs.). **Gênero, Psicologia, História**. Faperj/Nau, 2012, p. 43-68.

NUERNBERG, A. H. et al. A participação dos estudos de gênero na formação da psicologia social brasileira. In: GROSSI, M. P., LAGO, M. C. de S. e NUERNBERG, A. H. (Orgs.). **Estudos in(ter)disciplinados**: gênero, feminismo, sexualidade. Florianópolis: ed. Mulheres, 2010. p. 41-64.

OLIVEIRA, I. F. de. Os desafios e limites para a atuação do psicólogo no SUAS. In: CRUZ, L. R. da & GUARESCH, N. M. de F. **O psicólogo e as políticas públicas de assistência social**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012. p. 35-51.

POUGY, L. G. Desafios políticos em tempos de Lei Maria da Penha. **Rev. katalysis**, vol. 13, n. 1, 2010, p. 76-85. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rk/v13n1/09.pdf>>. Acesso em 30 de dezembro de 2013.

PRADO, M. A. M. et al. Nas trilhas de um pensamento complexo sobre relações de gênero e a psicologia social no cotidiano: homenagem para Karin Ellen von Smigay. **Psicol. Soc.**, vol. 23, n. 1, 2011, p. 201-203. Disponí-

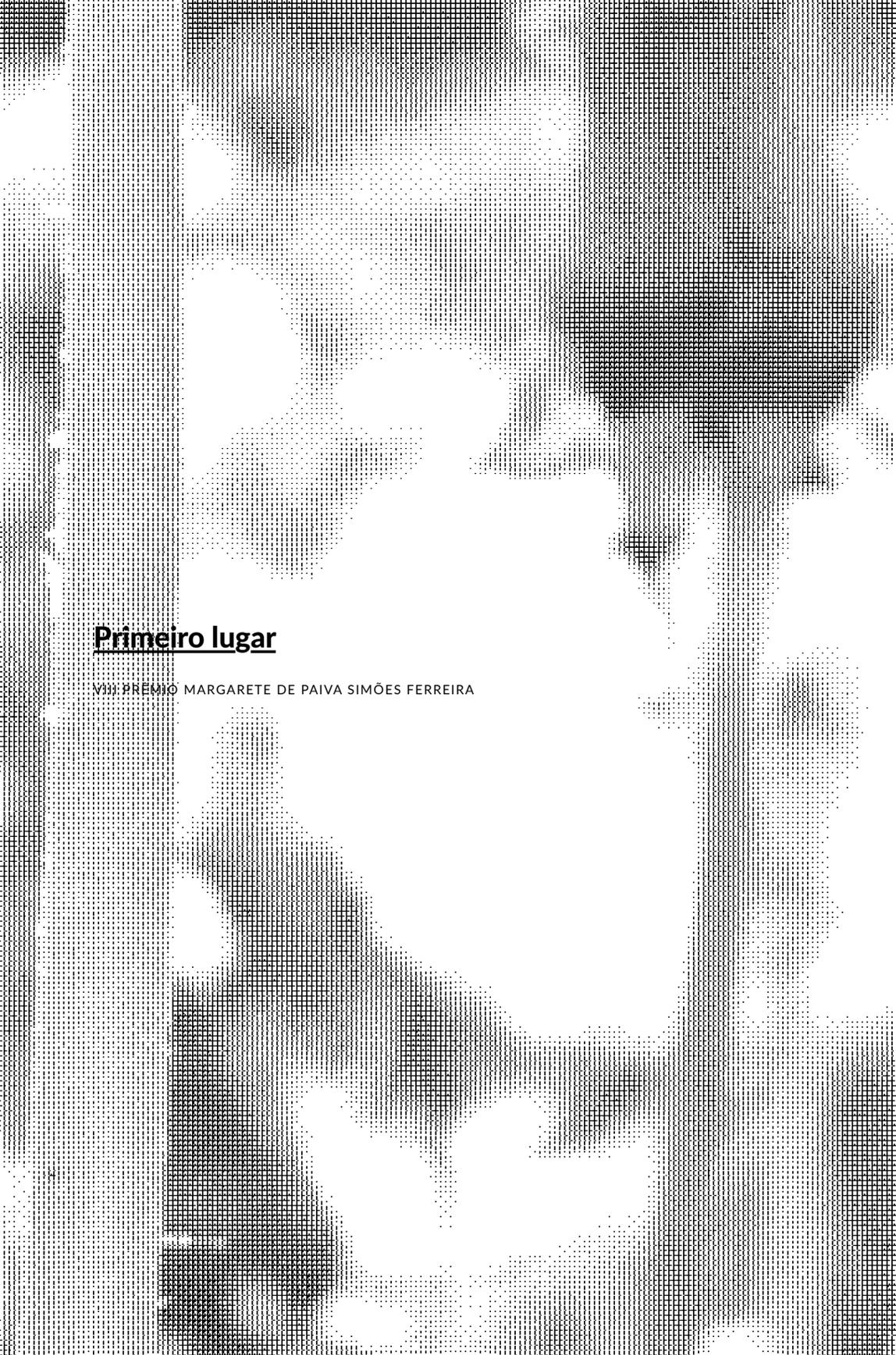
vel em: <<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v23n1/a24v23n1.pdf>>. Acesso em: 23 de dezembro de 2013.

REIS, C. dos; GIUGLIANI, S.; PASINI, V. L. Conversando sobre a psicologia e o SUAS: potencialidades e desafios para a atuação profissional dos psicólogos na política de assistência social. In: CRUZ, L. R. da; GUARESCH, N. M. de F. **O psicólogo e as políticas públicas de assistência social**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012. p. 149-166.

SANTOS, M. A. dos; VIEIRA, E. M. Recursos sociais para apoio às mulheres em situação de violência em Ribeirão Preto, SP, na perspectiva de informantes-chave. **Interface** (Botucatu), vol. 15, n. 36, 2011, p. 93-108. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/icse/v15n36/a08v1536.pdf>>. Acesso em: 02 de novembro de 2013.

SARTI, Cynthia. A vítima como figura contemporânea. **Caderno CRH**, Salvador, v. 24, n. 61, p. 51-61, Jan./Abr. 2011.

SEGATA, J. A “vítima” é a parte mais frágil da relação? A antropologia e a violência conjugal. In: RIFIOTIS, T. e VIEIRA, D. (Orgs). **Um olhar antropológico sobre violência e justiça: etnografias, ensaios e estudos de narrativas**. Florianópolis: ed. da UFSC, 2012. p. 79-95.



Primeiro lugar

VIII PRÊMIO MARGARETE DE PAIVA SIMÕES FERREIRA

A psicologia no centro de referência especializado de assistência social (CREAS) de Guapimirim: delineando saberes e práticas.

-
-
-
-

Rafael Reis da Luz

Resumo

O presente artigo tem como objetivo apresentar e discutir saberes e práticas em psicologia na política de assistência social, em especial no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), equipamento da atenção especial de média complexidade. Para tanto, apoiamos-nos em legislações e resoluções da política de assistência social e em alguns aportes teóricos e realizamos uma breve exposição da experiência no CREAS de Guapimirim, município do Estado do Rio de Janeiro. Apontamos, por fim, a necessidade de se pensar em uma clínica psicológica para além do sujeito. As diferentes atividades realizadas no CREAS podem ser pensadas como dispositivos geradores de efeitos clínicos, contribuindo, assim, para práticas em psicologia. Tais atividades podem ser também práticas psicológicas. Não obstante, reconhecer a amplitude de seu lugar é, talvez, o maior desafio da psicologia na política de assistência social.

Palavras-chave: CREAS; Política de Assistência Social; Saberes e Práticas em Psicologia; Guapimirim.

O que é a imanência? Uma vida... Ninguém melhor que Dickens narrou o que é uma vida, ao considerar o artigo indefinido como índice do transcendental. Um canalha, um mau sujeito, desprezado por todos, está para morrer e eis que aqueles que cuidam dele manifestam uma espécie de solicitude, de respeito, de amor, pelo menor sinal de vida do moribundo (...). Uma vida não contém nada mais que virtuais. Ela é feita de virtualidades, acontecimentos, singularidades. Aquilo que chamamos de virtual não é algo ao qual falte realidade, mas que se envolve em um processo de atualização ao seguir o plano que lhe dá sua realidade própria. O acontecimento imanente se atualiza em um estado de coisas e em

um estado vivido que fazem com que ele aconteça.

Gilles Deleuze no texto *A Imanência: uma vida*.

(2002, p.12-26), Tomaz Tadeu (Trad.).

Introdução

Um psicólogo, uma advogada e uma família. Nesta, um adolescente de 15 anos em cumprimento de medida socioeducativa (MSE). João (nome fictício) comparecia semanalmente ao Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), município de Guapimirim, região metropolitana do Rio de Janeiro, para acompanhamento jurídico e psicossocial. A advogada pergunta se ele está frequentando a escola e a psicoterapia. A mãe, que quase sempre responde por ele, afirma que a psicóloga do Posto de Saúde liberou o filho mediante a apresentação do laudo. O psicólogo do CREAS pede para ler o documento. Quando faz uma pergunta diretamente ao adolescente, este responde que não leu o laudo. “Você não leu o seu próprio laudo? Não sabe o que ele fala sobre você?”, pergunta o psicólogo, entregando o documento nas mãos do adolescente e pedindo que ele o leia.

Esse simples gesto, tão estranho e fora do “protocolo” de atendimento a essa demanda no referido Centro, aparentemente pegou todos de surpresa. É possível que, por um breve momento, a advogada não soubesse qual o próximo passo no *script* de atendimento ou a família não tivesse ideia de qual resposta dar a partir de seu repertório prévio de respostas para esta situação. E, mais importante, é possível que o adolescente tenha se dado conta, naquele momento, de que se encontrava relativamente alienado de sua própria história: sua vida estava sendo planejada, orientada, disciplinada, corrigida, supervisionada e reconstruída sob a ótica do que se convencionou chamar socioeducação¹. Algo que, curiosamente, parecia não requerer sua opinião. João ficava em silêncio em quase todos os atendimentos.

1 Associvoeducativas estão previstas no artigo 112 da Lei nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e são aplicáveis a atos infracionais praticados por adolescentes entre 12 e 18 anos. Devem assumir caráter pedagógico e não punitivo, visando à reeducação e ressocialização do adolescente.

Entendemos que o caso de João elucidada, dentre os muitos desafios pertinentes à operacionalização e efetivação das políticas de assistência social, a seguinte questão: qual o papel do psicólogo nessa política? Mais especificamente, quais saberes e práticas podem delimitar tal papel e atender aos objetivos da política de assistência social, entre eles a garantia de direitos, a autonomia e emancipação?

No presente texto, realizamos uma breve exposição da experiência no CREAS de Guapimirim, município do Estado do Rio de Janeiro. Apoiando-nos em legislações e resoluções da política de assistência social, em alguns aportes teóricos e tendo como horizonte as questões acima apresentadas, apresentamos algumas reflexões, questionamentos e possíveis práticas e saberes *psi* nas políticas de assistência social.

O CREAS no âmbito das políticas de assistência social

Com o estabelecimento do Sistema de Seguridade Social pela Constituição de 1988, a assistência social passou a integrar o conjunto de ações do poder público para assegurar direitos aos cidadãos. Tendo sua regulamentação e execução previstas nas Leis nº 8.742/1993 (Lei Orgânica da Assistência Social) e nº 12.435/2011 (Lei de organização do Sistema Único da Assistência Social) e nas Resoluções nº 145/2004 (Política Nacional de Assistência Social) e nº 109/2009 (Tipificação dos Serviços Socioassistenciais), do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), a política de assistência social estabelece que a segurança e a vigilância socioassistencial devam ocorrer através de dois dispositivos principais: a proteção básica, conjunto de serviços, programas, projetos e benefícios direcionados à prevenção de situações de vulnerabilidade e risco social, e a proteção especial, cujo objetivo consiste em contribuir para a superação de vulnerabilidades, riscos sociais, violências sofridas e/ou direitos desrespeitados.

A Resolução nº 145/2004 (p.37), apresenta a seguinte definição:

a proteção social especial é a modalidade de atendimento assistencial destinada a famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social, por ocorrência de abandono, maus tratos físicos e, ou, psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas sócio-educativas, situação de rua, situação de trabalho infantil, entre outras.

A política de assistência social parte da contribuição de Castel (1998) referente ao conceito de vulnerabilidade social, entendendo-a como uma materialização da condição de exclusão social. Esta vulnerabilidade levaria a um risco, que consiste na probabilidade de ocorrer um evento na vida do indivíduo e/ou de seu grupo. A avaliação da vulnerabilidade e do risco social deve ocorrer no território; havendo situação presente de vulnerabilidade em um caso, é realizado seu encaminhamento aos serviços e programas da proteção especial de média ou alta complexidade. Enquanto a proteção especial de alta complexidade consiste na proteção integral de indivíduos com laços familiares e/ou comunitários rompidos, havendo a necessidade de abrigamento ou inserção em outras famílias, a proteção especial de média complexidade consiste no atendimento às famílias e indivíduos que, embora se encontrem em situação de violação de direitos, não tiveram seus vínculos familiar e comunitário rompidos. Nesse sentido, a proteção especial de média complexidade é um trabalho contínuo sobre o indivíduo e/ou sua família, devendo considerar a incidência dos riscos em seu território, o que exige maior estruturação técnico-operacional, além de atenção especializada e individualizada.

O Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), enquanto equipamento de média complexidade, cuja responsabilidade consiste em atender, acompanhar e encaminhar os casos envolvendo violências e violações de direitos, é a unidade pública estatal de referência na oferta e encaminhamento de serviços especializados de caráter continua-

do aos indivíduos e suas famílias. A Resolução nº 109/2011 (p.4) apresenta os seguintes serviços, que podem ser atribuições do CREAS ou de unidades referenciadas a ele: Serviço de Proteção Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI); Serviço Especializado de Abordagem Social; Serviço de proteção social a adolescentes em cumprimento de MSE de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC); Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosos(as) e suas Famílias e Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua.² Podemos depreender que esses serviços, coordenados e articulados pelo CREAS, direcionam o foco das ações para a família ou comunidade na qual o indivíduo se insere com o intuito de potencializar e fortalecer sua função protetiva.

Esta breve apresentação da política de assistência social, com foco na atenção especial de média complexidade, pode, num primeiro momento, causar estranheza a um profissional de psicologia que não atue nessa área ou que tenha uma formação fundamentalmente clínica e tradicional, a saber, aquela centrada no indivíduo, estando este em oposição ao social. A psicologia atrelada ao projeto de modernidade, como argumentam Andrade e Romagnoli (2010), é um saber endurecido em sua forma identitária, composto por linhas duras, cuja aplicação se dá em um espaço fechado, no *setting*, não se sustentando, portanto, no campo da assistência social.

Nesse sentido, Oliveira (2012) faz um importante esclarecimento:

o trabalho do psicólogo, em quaisquer espaços, exige dele não apenas um conhecimento da política ou das diretrizes que a organizam; exige um conhecimento de aspectos que estão fora do escopo do que a Psicologia delimitou em seus campos de saber. A atuação em dispositivos híbridos, que, ao mesmo tempo em que buscam romper com os ciclos que geram a pobreza não

2

A Resolução nº 145/2004 inclui os serviços de Plantão Social e Cuidado no Domicílio.

provocam alterações significativas nas condições de vida da sua população-alvo, exige não apenas a aplicabilidade de conhecimentos teórico-técnicos de uma área ou outra, mas, sim, a criação de novos conhecimentos e uma mudança na cultura profissional da Psicologia, que nada mais é que um reflexo de como a sociedade se porta diante da desigualdade, da injustiça social e da pobreza (OLIVEIRA, 2012, p.48).

Para reconhecermos as possibilidades das práticas *psi* no campo da assistência social, faz-se necessário revisar os embates e disputas que tem se dado no interior do campo psicológico nos últimos anos. Em outros termos, faz-se necessário analisar as transformações pelas quais passaram os saberes psicológicos, em especial no contexto latino-americano, para compreendermos como as políticas de assistência social convocam a psicologia e como esta pode responder de modo eticamente coerente.

A emergência de ‘psicologias comprometidas’

Em meados da década de 1960, os países latino-americanos eram governados por violentos regimes ditatoriais; no cenário internacional ocorria a emergência do neoliberalismo e a conseqüente retração do Estado social e aprofundamento das desigualdades sociais. Ana Bock e Sílvia Lane estão entre os nomes que questionaram a psicologia desse período, de influência marcadamente norte-americana e que, segundo elas, estaria a serviço dos interesses elitistas (BOCK et al., 2007; TADA, 2010). Tratava-se de uma psicologia individualista, adaptacionista e assistencialista, pretensamente desvinculada da política à medida que adotava para si a perspectiva positivista de ciência, na qual o conceito de neutralidade era central. Ademais, o sujeito não era compreendido em sua dimensão histórico-social-cultural, sendo desvinculado das contingências que o definiam. Desse modo, as possibilidades de ação e transformação do meio a partir do sujeito eram limitadas.

Ainda em meados da década de 1960, as amplas transformações em nível político e epistemológico no Ocidente afetaram também os saberes e práticas psicológicas. Nesse período, começaram a surgir críticas ao modo hegemônico de fazer psicologia, que estaria apenas legitimando a ordem político-econômico-social vigente. Como consequência de tais críticas, testemunha-se a emergência de uma psicologia comprometida com a transformação social (FREITAS, 1996, 2014). Podemos considerar que, a partir de experiências concretas de muitos psicólogos, entre outras categorias profissionais, vê-se estabelecer uma oposição entre neutralidade e implicação, conceito elaborado por Lourau (1993) e que se refere à impossibilidade de separação entre o pesquisador e seu objeto de estudo, além de sugerir o envolvimento crítico-político com o que se propõe a pesquisar. No campo profissional, a implicação evidencia que o técnico é também sujeito de sua prática, gerando efeitos de ordem política e social em suas intervenções.

No Brasil, também começaram a ser desenhadas práticas e saberes *psi* comprometidos com a mudança social em diferentes campos de atuação, especialmente em contextos comunitários, educacionais e de saúde. Em relação à assistência social, Oliveira (2012) argumenta que a presença do psicólogo não é recente, embora seja difícil estabelecer um marco de entrada desse profissional. Não obstante, a presença da psicologia na política de assistência social ainda está em construção, sendo necessárias maiores reflexões sobre seu papel. Ainda vigoram perspectivas de trabalho que ora priorizam as análises e atuações nas determinações sociais em detrimento do sujeito, ora condenam as políticas públicas, concebendo-as como antagônicas à subjetividade e à singularidade (SAWAIA, 2009) ou que as intervenções no campo da subjetividade estariam necessariamente descoladas do social. Percebemos no cotidiano do CREAS Guapimirim que esta é uma concepção compartilhada também entre profissionais de outras formações. É comum recebermos, por exemplo, indagações quanto ao lugar da psicologia nessa política quando questionamos uma demanda de psicoterapia infantil por parte do Conselho Tutelar. A pergunta é sempre no sentido de entender o que um psicólogo, no espaço

do CREAS, pode oferecer além de psicoterapia individual ou em grupo³.

As Referências Técnicas para Prática de Psicólogos(os) no CREAS, de 2012, elaboradas pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP), oferecem direções fundamentais à prática do psicólogo em contextos diferenciados como a assistência social. Além de coadunarem com o reconhecimento da importância dos direitos humanos para o exercício e consolidação da cidadania, da valorização da autonomia e emancipação humanas e da transformação da realidade social, elas partem da concepção de sujeito em sua relação com o contexto histórico-social-cultural. O sofrimento, desse modo, não pode ser pensado como descolado de sua dimensão política, histórica, social e cultural, o que requer intervenções para além do “indivíduo” e para além da sala de atendimento. Trata-se de um comprometimento ético-político ao qual a psicologia não pode se furtar. Nesse sentido, conforme também indicado pelas Referências Técnicas, faz-se necessário valorizar as muitas potencialidades do trabalho *psi* nos CREAS que estejam em consonância com a perspectiva acima apresentada. Algumas possibilidades são apresentadas a seguir.

Possibilidades *psi* no CREAS Guapimirim

O município de Guapimirim, região metropolitana do Estado do Rio de Janeiro, possui uma população estimada em 55 mil habitantes⁴ e conta com três Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) voltados para a atenção social básica, e apenas um CREAS. Apesar dos avanços na consolidação da política de assistência social nos últimos anos, a lógica assistencialista ainda perpassa o cotidiano dos profissionais, tornando-se um dos principais desafios, tanto para a prática da Psicologia quanto da Assistên-

3 Importante esclarecer que, nas Referências técnicas (CFP, 2012) e no Parâmetro para atuação de assistentes sociais e psicólogos(as) na Política de Assistência Social, de 2007, do CFP e do Conselho Federal de Assistência Social (CFESS), a atuação *psi* não deve ter como foco o atendimento psicoterápico e sim psicossocial. A demanda de tratamentos psicoterápicos deve ser encaminhada para a política de saúde. Esta recomendação não exclui, entretanto, o fato de que as intervenções do psicólogo podem ter efeitos terapêuticos. Esse ponto será retomado adiante.

4 Segundo o censo de 2014 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

cia Social. Com o intuito de garantir a universalidade e o controle social da política pública, essas categorias profissionais têm se empenhado em colaborar para mudanças na representação e na relação que os usuários têm estabelecido com os serviços. Nesse sentido, nossas intervenções enfocam os usuários como sujeitos de direitos – e não como “carentes” ou “contemplados” –, sempre “despersonalizando” os equipamentos – problematizando referências como “o CREAS da Fulana”. Nesse sentido, a psicologia assume papel importante em relação à mudança de paradigmas nesse campo de atuação. As Referências Técnicas afirmam: “a psicologia, por meio de seus profissionais, pela academia e entidades, vem se constituindo como uma força crítica bastante presente na desconstrução de práticas e paradigmas anacrônicos existentes no campo socioassistencial” (CFP, 2012, p.35). Não obstante, a atuação *psi* no espaço do CREAS Guapimirim está em permanente construção. A alta rotatividade de profissionais traz empecilhos à continuidade do serviço, o que, por sua vez, dificulta a definição, delineamento e consolidação de práticas *psi*⁵.

De todo modo, mesmo com as dificuldades, há muitas potencialidades no trabalho do CREAS. Algumas são expostas a seguir, tendo como parâmetros as Referências técnicas (CFP, 2012), que apresentam algumas especificidades da prática *psi* nas atividades dos CREAS, e o cotidiano do CREAS Guapimirim, onde diversos saberes e práticas vem sendo repensados e delineados. Importante ressaltar que as possibilidades *psi* não se esgotam na exposição a seguir, tratando-se apenas de alguns exemplos marcantes.

Atendimento e acompanhamento psicossocial

Conforme estabelecem as Referências Técnicas (CFP, 2012, p.69):

5 Um desafio, nesse sentido, é garantir o que está estabelecido na Resolução nº 269/2006 (Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS), do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS): a realização de concursos públicos para contratar e manter quadro de pessoal necessário à execução dos serviços socioassistenciais.

O objetivo é, a partir de um processo objetivo, trazer a compreensão e indivíduos e grupos através de seus processos subjetivos, num contexto que se constitui histórica e socialmente, em que a luta de forças antagônicas está presente.

Trata-se de um trabalho sistemático e continuado, que envolve a escuta do indivíduo e/ou sua família com o intuito de estabelecer um vínculo e um contrato psicológico, avaliar o risco social e identificar e problematizar demandas, levando em conta o contexto social, cultural e a rede de serviços disponíveis. Busca-se também identificar as potencialidades e limites do indivíduo e/ou família em relação à superação do risco. É um trabalho interdisciplinar e o planejamento do acompanhamento, com suas estratégias de intervenção, é elaborado e reavaliado ao longo do processo, juntamente com o indivíduo e/ou família.

No CREAS Guapimirim, a equipe técnica tem procurado qualificar esse atendimento, indo além de uma perspectiva tecnicista e burocrática que visava apenas averiguar e acompanhar os fluxos da rede. Em relação aos adolescentes em cumprimento de MSE, demanda cada vez mais crescente no município, o acompanhamento psicossocial e jurídico se resumia a esclarecer, junto ao jovem e sua família, a obrigatoriedade no comparecimento ao serviço e da frequência escolar. Os prontuários e relatórios evidenciam que os atendimentos eram, em geral, procedimentais e disciplinares, consistindo na verificação da matrícula e frequência escolar, da efetividade dos encaminhamentos, da conduta do adolescente infrator nos variados espaços, na avaliação do risco social etc. Durante alguns meses, houve tentativas de intervenções grupais que, não obstante, não escapavam à lógica dos acompanhamentos, reduzindo sua potencialidade transformadora. Não por acaso, a taxa de evasão do equipamento era alta.

A partir de indicações da cartografia (PASSOS; KASTRUP; ESCÓSSIA, 2009), método que busca acompanhar processos e não estados, encon-

tros e não objetos, realizamos nos meses recentes pesquisas sobre o município e os bairros onde residem os adolescentes em cumprimento de MSE. Lemos sobre a história da emancipação do município, sua geografia, sua relação com o município vizinho de Magé, a desigualdade econômica e a ausência ou precariedade de diversas políticas públicas. Procuramos entender por que, em determinadas regiões de Guapimirim, cresce o número de adolescentes envolvidos em tráfico e consumo de drogas ilegais e qual a relação disso com o processo de pacificação nas comunidades do Rio de Janeiro. Encontramos diversas pistas e linhas que se articularam e confluíram para a atual situação desses jovens em conflito com a lei. Procuramos compreender a realidade desses jovens, as relações familiares, a cultura, a música, os espaços de lazer e sociabilidade, as instituições, serviços e atividades disponíveis em seus bairros. Incentivamos os adolescentes e suas famílias a nos falar sobre sua realidade local. Negociamos a obrigatoriedade do acompanhamento (“se é chato para você vir aqui, como podemos tornar isso menos chato?”). Começamos a problematizar falas como “onde eu moro só tem tiro e morte” e passamos tarefas variadas como, por exemplo, pesquisas sobre o que a localidade do adolescente tinha a lhe oferecer além de “tiro e morte”. Auxiliamos na (re)construção de projetos de vida, fazendo uso de estratégias pedagógicas e sempre valorizando possibilidades de autonomia e emancipação (“como você se vê daqui a um, cinco e dez anos?”). Procuramos indicar que, mesmo em meio a situações desfavoráveis, o adolescente era sujeito de sua história. Nesse meio tempo, conseguimos encerrar acompanhamentos de MSE com avaliações positivas, atestando que a socioeducação cumpriu seu propósito.

Visita domiciliar

As Referências técnicas (CFP, 2012, p.71) afirmam:

A visita domiciliar se constitui em uma das estratégias de aprofundamento do acompanhamento psicossocial. É uma forma de atenção com o

objetivo de favorecer maior compreensão a respeito da família, de sua dinâmica, valores, potencialidades e demandas, orientações, encaminhamentos, assim como de estabelecimento de vínculos fortalecedores do processo de acompanhamento.

Sendo uma das ações a serem realizadas no acompanhamento psicossocial, a visita domiciliar permite visualizar a família e sua dinâmica em seu espaço de convivência e socialização, o que favorece maior aproximação à sua realidade. Ademais, esta ação é importante não apenas para avaliar *in loco* situações de risco social, mas também para propiciar o vínculo entre os profissionais e a família, necessário para a continuidade e qualidade do acompanhamento.

Trata-se de uma prática consolidada na política de assistência social, o que não é diferente no CREAS Guapimirim. O psicólogo participa das visitas de modo a contribuir com a análise e avaliação dos casos. Nesta ação, fica evidente que o técnico está envolvido no caso, sendo um agente importante. Diversas visitas domiciliares realizadas pelo CREAS Guapimirim apontaram que a presença do profissional, por si só, pode gerar efeitos na estrutura e dinâmica familiar e seu entorno. Desse modo, o profissional deve estar atento às possíveis implicações de uma visita domiciliar, inclusive negativas. Em casos que são acompanhados pelo Conselho Tutelar, como suspeitas de negligência, as famílias em geral demonstram resistência em conversar com os técnicos, acreditando que eles sejam funcionários ou informantes do referido conselho. O profissional também deve estar sempre atento para não ser capturado pelo tom de urgência de algumas demandas que aparecem nas visitas. Situações em que há suspeita de negligência contra idosos, por exemplo, podem requerer mais de uma visita, além de atendimentos com familiares no equipamento. Em alguns casos, após avaliações mais cuidadosas e prolongadas, a equipe técnica constatou que não havia negligência e sim dificuldades de articulação e organização familiar nos cuidados do idoso. Nesses casos, auxiliamos a família median-

do o diálogo para uma adequada articulação e organização dos membros no revezamento dos cuidados da pessoa idosa.

Atividades grupais

O dispositivo grupal pode ser considerado uma das mais potentes estratégias de intervenção e transformação. O trabalho em grupo possibilita recompor individualidades e permitir singularidades. Esse modo de trabalhar oferece ao sujeito a possibilidade de reconhecer seus impasses, encontrar recursos para superá-los e se (re)singularizar no processo. Tomado como dispositivo, o grupo serve, então, a processos de desindividualização, uma vez que se vale do espaço coletivo para fazer funcionar modos de expressão e transformação da subjetividade (BARROS, 2007). Em outras palavras, a partir do momento em que o sujeito se desapega do que é, abrem-se possibilidades de subjetivação.

Infelizmente ainda não foi possível consolidarmos atividades e intervenções grupais no equipamento por variadas razões. Não obstante, esta tem sido uma pauta constante nas reuniões da equipe técnica, pois é reconhecida a necessidade de criação de grupos de trabalho, em especial de adolescentes em MSE. Nesse sentido, foi elaborado um projeto cujo objetivo principal consiste na utilização do dispositivo grupo como estratégia complementar na atenção socioassistencial e acompanhamento dos adolescentes em cumprimento de MSE. Mais especificamente, a proposta procura atender a alguns dos objetivos estabelecidos na Resolução nº 109/2009, do CNAS, a saber: criar condições para a construção de projetos de vida que visem à ruptura com a prática de ato infracional, contribuir para possibilidades de construção de autonomias, possibilitar acessos e oportunidades para a ampliação do universo informacional e cultural, desenvolver habilidades e competências e fortalecer a convivência social/comunitária. O documento propõe ainda o estabelecimento de um ambiente favorecedor da expressão e do diálogo, permitindo o convívio e o relacionamento em grupo de modo a administrar melhor os conflitos, compartilhando modos

de pensar, agir e atuar coletivamente, estimulando os adolescentes a expressar suas necessidades e interesses, além de lidar de forma construtiva com seus limites e potencialidades.

Relatórios

Dentre os documentos elaborados pelos psicólogos nos CREAS destacamos os relatórios por sua frequência e implicações que podem gerar para além do equipamento. É comum no CREAS Guapimirim a solicitação de estudos sociais, realizados pelos assistentes sociais, e relatórios psicológicos. Conforme estabelece a Resolução nº 007/2003 (p.7), do CFP, o relatório “é uma apresentação descritiva acerca das situações e/ou condições psicológicas e suas determinações históricas, sociais, políticas e culturais, pesquisadas no processo de avaliação psicológica”. Nesse sentido, o documento coaduna com perspectivas da política de assistência social, em especial a da determinação política da subjetividade. A elaboração de relatórios no cotidiano do CREAS, portanto, deve incluir em suas considerações as condições objetivas de emergência de determinados modos de ser.

A Resolução nº 007/2003 recomenda que seja realizada a análise da demanda. No cotidiano do CREAS Guapimirim, a análise de demanda tem exigido também uma análise do contexto que levou à formação da demanda, para, então, decidirmos quanto à viabilidade do relatório. Nesse sentido, procuramos compreender não apenas a realidade dos usuários, como também a realidade das instituições que os encaminharam, as circunstâncias que levaram ao encaminhamento, as relações que os usuários estabelecem com esses serviços etc. Essa análise do contexto permite um maior esclarecimento, refinamento ou problematização das demandas que chegam ao CREAS, mas requer um diálogo constante com os demais serviços públicos, o que nem sempre é possível.

Os sucessivos encaminhamentos do Conselho Tutelar, com pedidos de psicoterapia e/ou depoimento sem dano para crianças vítimas de violência sexual, por exemplo, requereram esclarecimentos quanto às atribuições da

atenção especial de média complexidade – que não realiza os serviços solicitados, que são atribuição da Saúde e da Justiça, respectivamente –, ao entendimento que os conselheiros tutelares têm do que seja violência sexual etc. Após reunião da equipe técnica do CREAS com um representante do Conselho Tutelar foi possível esclarecer as demandas e realizar encaminhamentos mais efetivos.

Um exemplo paradigmático de análise da demanda trata de uma solicitação do Ministério Público de relatório psicológico de uma criança de 7 anos, supostamente vítima de violência sexual. Após leitura do Boletim de Ocorrência, Termos de Declaração dos envolvidos e autos do processo, verificamos que o fato envolveu uma experiência sexual entre meninos de idades próximas, porém variadas. Apontamos que o fato em si, embora tipificável, não indicava, a princípio, situação de violência sexual, menos ainda que o evento tivesse sido traumático. Pontuamos na análise preliminar que é a própria judicialização e criminalização do fato, com todos os constrangimentos que lhes são comumente pertinentes, que podem gerar ou atribuir uma feição traumática à experiência sexual. Acrescentamos que se deve considerar também os efeitos desse processo na subjetividade daqueles que foram enquadrados como infratores ou apenas envolvidos, sendo necessário incluí-los na possibilidade de avaliação psicológica.

Articulação de rede

As Referências Técnicas afirmam (CFP, 2012, p.72) sobre a articulação de rede:

Importante para a completude dos objetivos estabelecidos no atendimento e no acompanhamento. Viabiliza o acesso do destinatário aos direitos e inserção em diferentes serviços e programas, incluindo outras políticas, não apenas os serviços e programas socioassistenciais. Favorece a visão integrada, articulada, intersetorial

e a construção de respostas conjuntas no enfrentamento das situações de violência, assim como viabiliza o acesso a direitos socioassistenciais, integrando as políticas sociais, buscando romper com a fragmentação no acompanhamento e atenção às famílias.

Podemos considerar que os saberes e práticas em construção no CREAS Guapimirim anteriormente apresentados dependem da articulação de rede, em maior ou menor grau. Trata-se, desse modo, de uma das mais importantes e desafiadoras ações no âmbito das políticas públicas. O efetivo funcionamento da rede, que visa atender ao usuário em sua integralidade, requer clara definição e delimitação das atribuições e competências de cada órgão, fluxos de encaminhamentos com suas referências e contra-referências, articulação, dinamismo, complementaridade, reflexão conjunta, corresponsabilização e desburocratização, entre outras exigências.

No município de Guapimirim, a equipe técnica tem buscado alternativas para a consolidação da rede, entre elas, solicitações de reuniões com as variadas secretarias, como as de Educação e Cultura, e visitas institucionais, nas quais procuramos conhecer outros serviços e profissionais. Um exemplo produtivo consistiu em as visitas institucionais ao Ambulatório de Saúde Mental e ao Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) do município, onde pudemos conhecer de perto as potencialidades e limites dos equipamentos, além de discutir casos e encaminhamentos possíveis.

Considerações finais

As normativas até então apresentadas sugerem que o trabalho do CREAS e da assistência social como um todo não abre espaço para a clínica psicológica tradicional, aquela centrada no indivíduo, estando este deslocado de seu contexto social e histórico. Importante esclarecer que não se trata, todavia, de negar a possibilidade da clínica psicológica no campo da assistência social, mas de “modificar as formas de compreensão e intervenção

da clínica, ampliando a visão tradicional que consiste em uma prática liberal e privada com objetivos analíticos, psicoterapêuticos e/ou psicodiagnósticos” (SOUZA; ROMAGNOLI, 2012, p.73). Em outros termos, trata-se de permitir a emergência de outras clínicas que pensem para além do sujeito, o que envolve o questionamento da clássica separação entre clínica e política, o reconhecimento das múltiplas determinações, atravessamentos e transversalidades no espaço da clínica, das linhas de conexão que podem visar a estados de controle e dominação.

Partindo da perspectiva de clínica rizomática e transdisciplinar, com aportes teóricos de Deleuze e Guattari, Souza e Romagnoli (2012) apostam na articulação da clínica psicológica com diferentes disciplinas, saberes e práticas. As autoras afirmam:

esse apontamento sobre a necessidade de invenção da clínica não se refere à criação de uma técnica ou um método, mas a uma maneira diferente de apreendermos os indivíduos e as relações estabelecidas com o mundo. Tais práticas referem-se à possibilidade de pensar o campo da psicologia no que apresenta de potência para criar e recriar a cada instante, articulando-se com outras ideias e diferentes formas de intervenção (SOUZA; ROMAGNOLI, 2012, p.83).

A clínica amparada no modelo rizomático é conectiva e expansiva e vai além de leituras individuais ou intersubjetivas das demandas. Nesse sentido, as autoras argumentam:

É preciso redimensionar o lugar do “psi” no campo social, utilizando recursos que não sejam restritos e exclusivos da clínica psicológica e que possam produzir efeitos clínicos capazes de atuar na subjetividade, tanto em prol da

serialização quanto da invenção de novos modos de existência (SOUZA; ROMAGNOLI, 2012, p. 84).

Nesse sentido, visitas domiciliares e articulação de rede, entre outras atividades, podem ser pensadas como dispositivos geradores de efeitos clínicos, contribuindo, assim, para práticas em psicologia. Tais atividades podem ser também práticas psicológicas. Não obstante, reconhecer a amplitude de seu lugar é, talvez, o maior desafio da psicologia na política de assistência social.

Referências bibliográficas

ANDRADE, L. F.; ROMAGNOLI, R. C. O Psicólogo no CRAS: Uma Cartografia dos Territórios Subjetivos. In: *Psicologia: Ciência e Profissão*, n. 30, v. 3, 2010, p. 604-619.

BARROS, R. B. **Grupo: a afirmação de um simulacro**. Porto Alegre: Sulina/Editora da UFRGS, 2007.

BOCK, A. M. B.; FERREIRA, M. R.; GONÇALVES, M. G. M.; FURTADO, O. Sílvia Lane e o Projeto do “Compromisso Social com a Psicologia”. In: **Psicologia & Sociedade**, n. 19, v. 2 (especial), 2007, p. 46-56.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988. 140 p.

_____. **Lei nº 12.435, de 6 de julho de 2011** (Lei de organização do Sistema Único da Assistência Social). Altera a Lei no 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social

_____. **Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993** (Lei Orgânica da Assistência Social). Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências.

CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. Petrópolis: Vozes, 1998

CONSELHO Federal de Psicologia. **Referências técnicas para Prática de Psicólogos(os) no CREAS**. Brasília: CFP, 2012.

_____. **Resolução nº 007, de 14 de junho de 2003**. Institui o Manual de Elaboração de Documentos Escritos produzidos pelo psicólogo, decorrentes de avaliação psicológica e revoga a Resolução CFP nº 17/2002.

CONSELHO Federal de Psicologia; CONSELHO Federal de Assistência So-

cial. **Parâmetro para atuação de assistentes sociais e psicólogos(as) na Política de Assistência Social**. Brasília: CFP, CFESS, 2007.

CONSELHO Nacional de Assistência Social. **Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009**. Aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais.

_____. **Resolução nº 269, de 13 de dezembro de 2006**. Aprova a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social – NOB-RH/SUAS.

_____. **Resolução nº 145, de 15 de outubro de 2004**. Aprova a Política Nacional de Assistência Social (PNAS).

DELEUZE, G. A Imanência: uma vida... In: **Educação & Realidade**, n. 27, v. 2, 2002, p. 10-18.

FREITAS, M. F. Q. Psicologia na comunidade, psicologia da comunidade e psicologia (social) comunitária – Práticas da psicologia em comunidade nas décadas de 1960 a 1990, no Brasil. In: CAMPOS, R. H. F. (Org.). **Psicologia social comunitária: da solidariedade à autonomia**. 19. ed. Petrópolis: Vozes, 2014, p. 44-65.

LOURAU, R. **Análise Institucional e Práticas de Pesquisa**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1993.

PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. **Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividades**. Porto Alegre: Sulina, 2009.

SAWAIA, B. Psicologia e Desigualdade Social: uma reflexão sobre liberdade e transformação social. In: **Psicologia & Sociedade**, n. 21, v. 3, 2009, p. 364-372;

SOUZA, L. S.; ROMAGNOLI, R. C. Considerações acerca da articulação clínica, rizoma e transdisciplinaridade. In: **Mnemosine**, v. 8, n. 1, 2012, p. 72-89.

TADA, I. N. C. A Psicologia como Profissão: entrevista com Ana Bock. In: **Psicologia: Ciência e Profissão**, n. 30 (especial), 2010, p. 246-271.

PARECERISTAS

Fabiana Castelo Valadares	CRP 05/28553
Vivian Fraga	CRP 05/30376
Daniela Costa Bursztyn	CRP 05/29224
Julio Cesar Cruz Collares da Rocha	CRP 05/29845

XIV PLENÁRIO (2013-2016)

DIRETORIA EXECUTIVA

Janne Calhau Mourão	(CRP 05/1608)	Conselheira-presidente
Maria Helena do Rego Monteiro de Abreu	(CRP 05/24180)	Conselheira vice-presidente
Alexandre Trzan Ávila	(CRP 05/35809)	Conselheiro-tesoureiro
Ágnes Cristina da Silva Pala	(CRP 05/ 32409)	Conselheira-secretária

CONSELHEIROS EFETIVOS

Alexandre Nabor Mathias França	(CRP 05/32345)	
Claudia Simões Carvalho	(CRP 05/30182)	
Janaina Sant'Anna Barros da Silva	(CRP 05/17875)	
José Novaes	(CRP 05/980)	
Juraci Brito da Silva	(CRP 05/28409)	
Marcia Ferreira Amendola	(CRP 05/24729)	
Maria da Conceição Nascimento	(CRP 05/26929)	
Marilia Alvares Lessa	(CRP 05/ 1773)	
Priscila Gomes Bastos	(CRP 05/ 33804)	
Rodrigo Acioli Moura	(CRP 05/33761)	
Simone Garcia da Silva	(CRP 05/ 40084)	

CONSELHEIROS SUPLENTE

André Souza Martins	(CRP 05/33917)	
Andris Cardoso Tiburcio-	(CRP 05/17427)	
Denise da Silva Gomes	(CRP 05/ 41189)	
Fátima dos Santos Siqueira Pessanha	(CRP 05/9138)	
José Henrique Lobato Vianna	(CRP 05/ 18767)	
Juliana Gomes da Silva	(CRP 05/41667)	
Patrick Sampaio Braga Alonso	(CRP 05/ 32004)	
Vanda Vasconcelos Moreira	(CRP 05/6065)	
Viviane Siqueira Martins	(CRP 05/ 32170)	

